

Análise e Financiamentos das Políticas Públicas

Pedro Fauth Manhães Miranda
(Organizador)



Pedro Fauth Manhães Miranda
(Organizador)

Análise e Financiamentos das Políticas Públicas

Atena Editora
2019

2019 by Atena Editora
Copyright © Atena Editora
Copyright do Texto © 2019 Os Autores
Copyright da Edição © 2019 Atena Editora
Editora Executiva: Prof^a Dr^a Antonella Carvalho de Oliveira
Diagramação: Natália Sandrini
Edição de Arte: Lorena Prestes
Revisão: Os Autores

O conteúdo dos artigos e seus dados em sua forma, correção e confiabilidade são de responsabilidade exclusiva dos autores. Permitido o download da obra e o compartilhamento desde que sejam atribuídos créditos aos autores, mas sem a possibilidade de alterá-la de nenhuma forma ou utilizá-la para fins comerciais.

Conselho Editorial

Ciências Humanas e Sociais Aplicadas

Prof. Dr. Álvaro Augusto de Borba Barreto – Universidade Federal de Pelotas
Prof. Dr. Antonio Carlos Frasson – Universidade Tecnológica Federal do Paraná
Prof. Dr. Antonio Isidro-Filho – Universidade de Brasília
Prof. Dr. Constantino Ribeiro de Oliveira Junior – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Prof^a Dr^a Cristina Gaio – Universidade de Lisboa
Prof. Dr. Deyvison de Lima Oliveira – Universidade Federal de Rondônia
Prof. Dr. Gilmei Fleck – Universidade Estadual do Oeste do Paraná
Prof^a Dr^a Ivone Goulart Lopes – Istituto Internazionele delle Figlie de Maria Ausiliatrice
Prof. Dr. Julio Candido de Meirelles Junior – Universidade Federal Fluminense
Prof^a Dr^a Lina Maria Gonçalves – Universidade Federal do Tocantins
Prof^a Dr^a Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte
Prof^a Dr^a Paola Andressa Scortegagna – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Prof. Dr. Urandi João Rodrigues Junior – Universidade Federal do Oeste do Pará
Prof^a Dr^a Vanessa Bordin Viera – Universidade Federal de Campina Grande
Prof. Dr. Willian Douglas Guilherme – Universidade Federal do Tocantins

Ciências Agrárias e Multidisciplinar

Prof. Dr. Alan Mario Zuffo – Universidade Federal de Mato Grosso do Sul
Prof. Dr. Alexandre Igor Azevedo Pereira – Instituto Federal Goiano
Prof^a Dr^a Daiane Garabeli Trojan – Universidade Norte do Paraná
Prof. Dr. Darllan Collins da Cunha e Silva – Universidade Estadual Paulista
Prof. Dr. Fábio Steiner – Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul
Prof^a Dr^a Girlene Santos de Souza – Universidade Federal do Recôncavo da Bahia
Prof. Dr. Jorge González Aguilera – Universidade Federal de Mato Grosso do Sul
Prof. Dr. Ronilson Freitas de Souza – Universidade do Estado do Pará
Prof. Dr. Valdemar Antonio Paffaro Junior – Universidade Federal de Alfenas

Ciências Biológicas e da Saúde

Prof. Dr. Benedito Rodrigues da Silva Neto – Universidade Federal de Goiás
Prof.^a Dr.^a Elane Schwinden Prudêncio – Universidade Federal de Santa Catarina
Prof. Dr. Gianfábio Pimentel Franco – Universidade Federal de Santa Maria
Prof. Dr. José Max Barbosa de Oliveira Junior – Universidade Federal do Oeste do Pará

Profª Drª Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte
Profª Drª Raissa Rachel Salustriano da Silva Matos – Universidade Federal do Maranhão
Profª Drª Vanessa Lima Gonçalves – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Profª Drª Vanessa Bordin Viera – Universidade Federal de Campina Grande

Ciências Exatas e da Terra e Engenharias

Prof. Dr. Adélio Alcino Sampaio Castro Machado – Universidade do Porto
Prof. Dr. Eloi Rufato Junior – Universidade Tecnológica Federal do Paraná
Prof. Dr. Fabrício Menezes Ramos – Instituto Federal do Pará
Profª Drª Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte
Prof. Dr. Takeshy Tachizawa – Faculdade de Campo Limpo Paulista

Conselho Técnico Científico

Prof. Msc. Abrãao Carvalho Nogueira – Universidade Federal do Espírito Santo
Prof. Dr. Adaylson Wagner Sousa de Vasconcelos – Ordem dos Advogados do Brasil/Seccional Paraíba
Prof. Msc. André Flávio Gonçalves Silva – Universidade Federal do Maranhão
Prof.ª Drª Andreza Lopes – Instituto de Pesquisa e Desenvolvimento Acadêmico
Prof. Msc. Carlos Antônio dos Santos – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Prof. Msc. Daniel da Silva Miranda – Universidade Federal do Pará
Prof. Msc. Eliel Constantino da Silva – Universidade Estadual Paulista
Prof.ª Msc. Jaqueline Oliveira Rezende – Universidade Federal de Uberlândia
Prof. Msc. Leonardo Tullio – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Prof.ª Msc. Renata Luciane Polsaque Young Blood – UniSecal
Prof. Dr. Welleson Feitosa Gazel – Universidade Paulista

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP) (eDOC BRASIL, Belo Horizonte/MG)	
A532	Análise e financiamentos das políticas públicas [recurso eletrônico] / Organizador Pedro Fauth Manhães Miranda. – Ponta Grossa, PR: Atena Editora, 2019. Formato: PDF Requisitos de sistema: Adobe Acrobat Reader Modo de acesso: World Wide Web Inclui bibliografia ISBN 978-85-7247-459-7 DOI 10.22533/at.ed.597190 1. Finanças públicas – Brasil. 2. Políticas públicas – Brasil. I.Miranda, Pedro Fauth Manhães. CDD 336.81
Elaborado por Maurício Amormino Júnior – CRB6/2422	

Atena Editora
Ponta Grossa – Paraná - Brasil
www.atenaeditora.com.br
contato@atenaeditora.com.br

APRESENTAÇÃO

Políticas públicas são algo onipresente na vida de qualquer pessoa, ainda que por meios bastante diversos, a depender dos objetivos do Estado em que tal indivíduo se encontre. Mas o fato é que, do bem-estar escandinavo ao liberalismo neozelandês, a clara percepção sobre políticas públicas é indispensável para a estabilidade de qualquer Estado. Inclusive, em se tratando do Brasil, o eterno país do futuro – futuro este que parece, a cada dia, mais inatingível.

Assim, muito se fala, muito se ouve e muito se estuda sobre políticas públicas, mas a verdade é que poucas são as certezas sobre elas, porque, em grande parte das vezes, suas análises ficam restritas ao mundo acadêmico e/ou àqueles que já possuem um conhecimento prévio, mais aprofundado, sobre o assunto, e conseguem interpretar melhor os dados existentes. Neste sentido, a iniciativa deste livro, específico sobre a temática das políticas públicas e disponibilizado no acessível formato de e-book, é de inigualável importância.

E, vale ressaltar, a necessidade de um debate responsável e interdisciplinar sobre o assunto é ainda mais urgente nos dias de hoje. Isso porque, atualmente, enxerga-se uma evidente ascensão de críticas (infundadas, na sua maioria) direcionadas não apenas às políticas públicas como um todo, mas também à própria política e à noção de público. E o contraditório é que estes juízos negativos provêm, em geral, de países cujo desenvolvimento socioeconômico se encontra aquém da capacidade de, até mesmo, erradicar a extrema pobreza. Diante desta conjuntura, políticas direcionadas, bem debatidas e formuladas por um público competente e ciente de suas responsabilidades, são cada vez mais imprescindíveis e, ao mesmo tempo, mais rechaçadas.

Deste modo, a realidade brasileira se coloca como obstáculo ao desenvolvimento das políticas públicas como instrumento de mudança emancipatória. A política, em específico, é alvo de desaprovação generalizada, em parte por, geralmente, se voltar aos interesses de poucos, mas também por ser composta de representantes que, contraditoriamente, são pouco representativos da própria população brasileira. Isso sem mencionar os casos de corrupção e outros desvios de conduta bastante reprováveis. Porém, mesmo que os níveis de confiança em relação aos representantes políticos sejam os menores em muito tempo, o cidadão brasileiro permanece na mesma configuração de uma democracia meramente delegativa. Em outras palavras, a cada dois anos votamos nos candidatos “menos piores” e esperamos que, miraculosamente, o país tome seu rumo para o mítico futuro do pleno desenvolvimento – que, vale apontar, traduz-se no imaginário do consumo desenfreado e satisfação das necessidades menos básicas e mais ostentosas do ser humano.

Não obstante, qualquer que seja a meta do cidadão ou cidadã nacional, seria preciso que ele(a) compreendesse a própria cidadania não somente a partir do sufrágio eleitoral – que é, sem dúvida, fundamental, mas não reflete a verdadeira essência

de um regime democrático. A democracia se faz, na verdade, pela atuação direta do povo, de modo a colocar o cidadão na postura ativa de sujeito político, que, conforme se vê atualmente, manifesta-se em passeatas, mas também reconhece a premência de estabelecer uma ponte entre si e seus representantes, em formar coletivos com disposição para atuar junto à sociedade e, principalmente, saber reconhecer no outro, que pensa de forma diferente, também um sujeito político necessitado de boas políticas públicas.

Neste ponto, da caracterização do outro como inimigo, a partir de suas diferenças ideológicas, ao invés de um parceiro, pelas suas semelhanças humanas, tem-se, como consequência, a negação não somente da política, mas também da sua própria condição pública. Afinal, a política é formulada, cotidianamente, por um público e a ele é dirigida. E se este público não se reconhecer como sujeito participante dela, tanto pior para ele, que dela será apartado, mas ainda precisará da política para viver no Brasil, um Estado que, como os demais, se constrói a partir da política – para o bem e para o mal.

O fato é que a ideologia neoliberalizante retirou do povo o seu caráter coletivo e cívico, impingindo-lhe uma noção individualista e anti-estatal. É verdade que a roda viva cotidiana nos leva a trabalhar para comer e dormir, também nos obrigando a comer e dormir para trabalhar, restando, pouco (ou quase nada) de tempo e disposição para pensarmos a nossa própria realidade política, bem como nossa inserção nesta enquanto público.

Não obstante, verdades absolutas como “Estado mínimo”, “meritocracia” e mesmo o lugar-comum “política é coisa suja” devem ser, constantemente, postos em cheque, especialmente por quem mais sofre as consequências deste pensamento. É muito comum, por exemplo, ouvir que as cotas educacionais e o bolsa-família são políticas eleitoreiras, feitas somente para angariar votos. Contudo, à noção de que as políticas públicas criam uma população subserviente e clientelista, deve-se insurgir um outro questionamento, o qual, em primeiro lugar, coloque em pauta o que levou estas pessoas a necessitarem, tanto assim, de políticas que garantam um mínimo de possibilidades.

A verdadeira liberdade não se concretiza na mera escolha do que fazer a seguir. Pode-se argumentar que o morador de rua que, por exemplo, decide debaixo de qual viaduto irá dormir esta noite tem liberdade, no sentido estrito da palavra. Mas, na realidade, suas escolhas estão condicionadas pela sua condição socioeconômica desumana, que lhe permite, enfim, uma existência apenas biológica, destituída de qualquer aspiração mais construtiva, que não a de somente (sobre)viver mais um dia.

Esta garantia, de um mínimo de possibilidades passíveis de serem concretizadas em uma vida digna (lembrando que a dignidade humana e a cidadania são fundamentos constitucionais do nosso Estado Democrático de Direito), não é fácil de ser atingida. Mas todos conhecem um elemento básico para tal consecução: a tão (mal)afamada educação de qualidade.

Não por coincidência, quatro dos artigos que compõem o presente livro tratam, diretamente, sobre educação, questionando, em geral, a formação dos brasileiros, por meio de interessantes pesquisas interdisciplinares, a partir de olhares diferenciados e bastante críticos. Somando-se a eles, os demais artigos também contêm algum caráter educativo, pois nos permitem aprender mais sobre situações nem sempre discutidas no âmbito das políticas públicas, como o ativismo animal, a atuação dos profissionais da saúde e a bissexualidade.

Neste sentido, o presente livro, certamente, se coaduna com as críticas ora brevemente apresentadas, por trazer novas perspectivas, sugestões e críticas às políticas públicas desenvolvidas em solo nacional. Pela leitura dos artigos que o compõem, percebe-se a necessidade de se questionar tanto a política quanto o público que, ao mesmo tempo, a propõe e é por ela atingido.

As políticas públicas são nossas – e, portanto, suas, caro leitor, assim como o conhecimento adquirido pela leitura deste livro. Que ele possa, por fim, trazer as melhorias necessárias para que o tal futuro seja, finalmente, atingido, mas de forma a trazer benesses humanamente dignas para todos que compõem o público.

Pedro Fauth Manhães Miranda
Doutorando em Direito (PUCPR)

SUMÁRIO

CAPÍTULO 1	1
A ATUAÇÃO DOS ATIVISTAS PELOS DIREITOS DOS ANIMAIS NO AMBITO DAS POLÍTICAS PÚBLICAS PROTETIVAS	
Nilsen Aparecida Vieira Marcondes	
DOI 10.22533/at.ed.5971901	
CAPÍTULO 2	24
A CONDUTA DO ENFERMEIRO DIANTE DO ACOLHIMENTO COM CLASSIFICAÇÃO DE RISCO NA ATENÇÃO PRIMÁRIA	
Emanuela Souza Pereira	
Kaline Alves de Sousa	
Elias Rocha de Azevedo Filho	
DOI 10.22533/at.ed.5971902	
CAPÍTULO 3	32
BISSEXUALIDADE E GÊNERO: INVISIBILIDADES VIVÍVEIS	
Fernanda Gracielle Aguiar Zonta	
Danielle Jardim Barreto	
Claudio Leão de Almeida Junior	
DOI 10.22533/at.ed.5971903	
CAPÍTULO 4	40
DESEMPENHO DE EGRESSOS DA MODALIDADE A DISTÂNCIA EM CONCURSO PÚBLICO: UM ESTUDO DE CASO SOBRE PARANAGUÁ/PR	
Cléber dos Santos Gonçalves	
Maria Luisa Furlan Costa	
DOI 10.22533/at.ed.5971904	
CAPÍTULO 5	52
EDUCAÇÃO A DISTÂNCIA E AGENDA NEOLIBERAL - O CASO DA PRIVATIZAÇÃO DA EDUCAÇÃO NA FORMAÇÃO DE PROFESSORES A DISTÂNCIA EM MINAS GERAIS	
Vicente Batista dos Santos Neto	
Terezinha Severino da Silva	
Maria Célia Borges	
DOI 10.22533/at.ed.5971905	
CAPÍTULO 6	66
RETRATO DA INSTITUCIONALIZAÇÃO DA EAD NA REDE FEDERAL	
Vanessa Battestin	
Denio Rebello Arantes	
Simone Costa Andrade dos Santos	
Miguel Fabricio Zamberlan	
DOI 10.22533/at.ed.5971906	
CAPÍTULO 7	82
UMA PARTILHA DE SABERES ENTRE O COLÉGIO PROF. EDNA MAY CARDOSO E A UNIVERSIDADE-PIBID-FILOSOFIA/UFMS: OLÍMPIADAS FILOSÓFICAS	
Sandra Isabel da Silva Fontoura	
Emilana Soares Ziani	
DOI 10.22533/at.ed.5971907	
SOBRE A ORGANIZADORA	91

EDUCAÇÃO A DISTÂNCIA E AGENDA NEOLIBERAL - O CASO DA PRIVATIZAÇÃO DA EDUCAÇÃO NA FORMAÇÃO DE PROFESSORES A DISTÂNCIA EM MINAS GERAIS

Vicente Batista dos Santos Neto

Instituto Federal do Triângulo Mineiro, Campus
Uberaba
Uberaba - MG

Terezinha Severino da Silva

Universidade Federal do Triângulo Mineiro -
UFTM, Instituto de Ciências Tecnológicas e
Exatas – ICTE
Uberaba- MG

Maria Célia Borges

Universidade Federal de Uberlândia – UFU,
Programa de Pós-Graduação em Educação –
PPGED
Uberlândia - MG

RESUMO: Nos anos 1990, a EaD foi incluída na Lei de Diretrizes e Bases da Educação. Houve um grande crescimento dos cursos de graduação a distância no país, influenciado pelo avanço das tecnologias da informação e comunicação, sobretudo a internet, e das políticas neoliberais, propostas pelo Banco Mundial. O presente trabalho objetivou analisar a evolução do processo de privatização da formação de professores a distância no Brasil, proposta pela agenda neoliberal e Banco Mundial - BM. Para tanto, realizamos uma pesquisa documental em documentos do BM e da UAB, e empiricamente, analisamos o quantitativo de cursos de formação de

professores, no Estado de Minas Gerais, no sistema e-mec. A pesquisa demonstrou que a maioria dos cursos de formação de professores no Estado de MG é ofertada a distância por IES privadas (76,57%), a maioria delas com fins lucrativos. A participação de IES públicas é insipiente (a UAB contribui com 4,48% do total). Há um processo de privatização da formação de professores por meio da EaD, causada pela adoção de uma política neoliberal, que sentencia a UAB a uma política de governo, movida pela incerteza e a torna impotente para realizar suas funções previstas de forma efetiva.

PALAVRAS-CHAVE: EaD, Agenda neoliberal, formação de professores.

ABSTRACT: In the 1990s, EAD was included in the Education Guidelines and Bases Law. There has been a great growth of undergraduate distance courses in the country, influenced by the advance of information and communication technologies, especially the internet, and the neoliberal policies proposed by the World Bank. The present work aimed to analyze the evolution of the privatization process of distance teacher training in Brazil, proposed by the neoliberal agenda and the World Bank - WB. To do so, we conducted a documentary research in documents of the BM and the UAB, and empirically, we analyzed the quantitative of teacher training courses in the State of Minas

Gerais in the e-mec system. The research showed that most of the teacher training courses in the State of Minas Gerais are offered at a distance by private HEIs (76.57%), most of them for profit. The participation of public HEIs is insipient (UAB contributes 4.48% of the total). There is a process of privatization of teacher training through the EaD, caused by the adoption of a neoliberal policy, that sentences the UAB to a government policy, driven by uncertainty and makes it impotent to carry out its planned functions effectively.

KEYWORDS: EaD, neoliberal agenda, teacher training.

1 | INTRODUÇÃO

Ao longo das últimas duas décadas, presenciamos um déficit do número de professores para o ensino básico no Brasil. Tal fenômeno se agravou com a redução da procura de cursos de licenciatura pelos estudantes. Questões como baixos salários, mudanças no perfil do alunado, violência nas escolas, má condição de trabalho, dentre outros fatores, tornam a carreira docente pouco atrativa.

Após a promulgação da Lei de Diretrizes e Bases - LDB - nº 9.394/1996, a Educação a Distância passa a ter respaldo legal no país. Isso ocorre logo após a publicação de documentos, pelo Banco Mundial e UNESCO, que apontam a educação a distância como "mecanismo" possível de promover a melhoria do nível de formação nos países periféricos - (a "Declaração Mundial sobre Educação para Todos de Jontiem", da UNESCO e o documento do Banco Mundial de 1994 (*La enseñanza superior - las lecciones derivadas de la experiencia*)).

Com o advento da internet nos 1990, iniciou-se, também, uma mudança nos padrões culturais ao redor do mundo, criando um ambiente propício para a expansão da Educação a Distância, enquanto modalidade de ensino. Acrescentamos a isso o fato de que a nova LDB nasceu sob a égide de um governo neoliberal, posto para dar conta das prerrogativas propostas pelo Consenso de Washington¹.

Se por um lado a Educação a Distância seria capaz de promover a expansão e interiorização da oferta do ensino superior por meio de IES públicas, sobretudo na formação de professores; por outro, poderia ser utilizada como mecanismo a favor do capital. (SANTOS, 2000; ANTUNES E ALVES, 2004; ANTUNES, 2009; SILVA, 2011; REIS, 2000; MASSON, 2009).

Nesse sentido, o presente artigo tem o objetivo de discutir as principais políticas de formação de professores no Brasil, após a Lei 9.394/1996, e apresentar, por meio de dados do sistema e-mec, o processo de mercantilização do ensino por meio da formação de professores a distância nas IES privadas. Apresentamos, também, um recorte sobre a Universidade Aberta do Brasil - UAB, destacando que o modelo

1. Em novembro de 1989, reuniram-se na capital dos Estados Unidos funcionários do governo norte-americano e dos organismos financeiros internacionais ali sediados - FMI, Banco Mundial e BID - especializados em assuntos latino-americanos. (BATISTA, 1994 p. 5). Quanto ao governo neoliberal nos referimos ao Governo Fernando Henrique Cardoso.

emergencial em que fora criada, há 12 anos, permanece até o presente momento. O estado conclui por confiar a formação de professores a distância ao setor privado, que vê uma grande oportunidade de negócios, neste cenário.

Para tanto, realizamos uma pesquisa bibliográfica e, na construção do referencial teórico, destacamos temáticas sobre Educação a Distância, Universidade Aberta do Brasil e Agenda Neoliberal. Como pesquisa empírica, optamos pela análise documental (documentos do Banco Mundial, da Universidade Aberta do Brasil) e análise de dados no Portal e-Mec e no Sistema de Gestão da UAB - SISUAB, buscando conhecer os registros de cursos de licenciatura a distância, no Estado de Minas Gerais, apontando em termos quantitativos, o processo de mercantilização da educação a distância no estado, acreditando que esse cenário se expande em nível nacional.

2 | A UNIVERSIDADE ABERTA DO BRASIL COMO PROGRAMA PARA A FORMAÇÃO DE PROFESSORES

Existe no meio acadêmico uma antiga discussão acerca da formação de professores. Tais discursos questionam, sobretudo, o formato dos programas de formação de professores e a defasagem de profissionais licenciados nas diversas disciplinas do ensino básico. Por razões históricas, é muito comum ver engenheiros ministrando aulas de matemática e física, odontólogo ministrando aulas de biologia e assim por diante. (GATTI, 2010).

Em 2003, um relatório apresentado a pedido da UNESCO, mostra um perfil da Educação a Distância no Brasil, ainda tímida e com muitas indagações. (VIANNEY, TORRES E SILVA, 2003). Ainda nessa linha, muitas questões sobre o possível "apagão do ensino médio ²" são levantadas, surgindo cobranças da sociedade para que o governo desenvolva uma política para redução da defasagem de professores para o ensino básico.

Outro aspecto que chamou a atenção dos autores é o fato do grande contingente de docentes à espera de aposentadoria. Somemos a isso, o fato de que a procura de cursos de licenciatura por estudantes diminuiu, sobretudo em função de fatores relacionados à carreira docente e condições de trabalho.

Há outros elementos igualmente importantes – como a valorização social da profissão, os salários, as condições de trabalho, a infraestrutura das escolas, as formas de organização do trabalho escolar, a carreira – que devem fazer parte de uma política geral de apoio aos docentes. (GATTI, BARRETO E ANDRÉ, 2011, p. 15).

Com a promulgação da Lei 9.394/96, várias IES (sobretudo privadas) propuseram a migração de cursos pouco procurados para a modalidade a distância e com mensalidades mais baixas - a proposta era uma redução de custo que pudesse viabilizar ao aluno a obtenção de um curso superior (VIANNEY et al., 2003). Tal fato é

2. Termo usado por Ruiz, Ramos e Hingel, 2007 para caracterizar a falta de professores para o ensino médio.

representado nos números de evolução da educação a distância, no país, divulgados, anualmente, por meio dos Censos da Educação Superior e Básica do INEP.

Dessa forma, iniciamos o século XXI com um grande déficit de professores e uma necessidade de ampliar as matrículas nas diversas áreas de formação docente.

Assim, a utilização da EaD propiciará o amplo atendimento ao contingente de docentes a serem qualificados em todos os níveis de ensino, contribuindo para a solução dos problemas nacionais. Enfatiza-se ainda a incorporação da referida modalidade como uma possibilidade de atender à demanda e as necessidades de formação, inclusive prevendo-se a participação das universidades e das demais instituições de educação superior credenciadas. (REIS, 2002, p. 252).

A educação a distância surge então, como uma modalidade capaz de suprir a demanda para formação de professores para o ensino básico. Para as IES privadas, surge como possibilidade de redução de custos (HADDAD e GRACIANO, 2004) e ampliação de oferta, dado o grande número de polos de apoio presencial criados pelas mesmas.

Assim como as IES privadas, o MEC também identificou a possibilidade de formação de professores a distância, que possibilitaria a oferta de cursos nas regiões mais remotas, atendendo ao princípio da universalização do acesso à educação no país. A EaD permitiria então, que pessoas de regiões ou áreas distantes que não possuíam acesso ao ensino superior, tivessem acesso a essa educação. Nesse sentido, política de EaD para as IES públicas surge por meio da Universidade Aberta do Brasil.

O Programa Universidade Aberta do Brasil, apoiado nas metodologias de Educação a Distância, foi idealizado como uma das respostas para a necessidade de formação inicial de professores para o ensino básico. O parágrafo único do artigo 1º do Decreto Presidencial nº 5.800, de 08 de julho de 2006 aponta que o principal objetivo da UAB é "oferecer, prioritariamente, cursos de licenciatura e de formação inicial e continuada de professores da educação básica".

Mill Et al (2008, p. 113) apontam que,

Como programa da Universidade Aberta do Brasil (UAB) amplia-se significativamente a oferta de vagas a população e permite-se o acesso ao ensino público e gratuito, estimulando a discussão sobre os processos de garantia de qualidade. Esse programa tem um grande desafio pela frente, o de diminuir ao máximo as barreiras e os preconceitos contra essa modalidade educacional em nosso país.

Ao longo desses doze anos, a UAB formou milhares de profisses, segundo o Diretor de Educação a Distância da CAPES, em 2015, Jean Marc G. Mutzig. Foram formados pela UAB, até 2014, cerca de 120.000 profissionais, dos quais 32.192, em licenciatura. (MUTZIG, 2015).

Atualmente, a UAB possui 127 Instituições de Ensino Superior, 726 Polos de Apoio Presencial e 616 cursos de Licenciatura ativos em todo o Brasil. Possui, ainda, 506 cursos ativos em outras modalidades (Bacharelados, Tecnológicos, Especialização, Aperfeiçoamento, Extensão, dentre outros). (SISUAB, 2018).

3 | O BANCO MUNDIAL E AS POLÍTICAS PÚBLICAS DE EDUCAÇÃO NO BRASIL

Ao longo do desenvolvimento das políticas educacionais no Brasil, houve uma grande influência das orientações neoliberais do Banco Mundial.

Nos anos de 1990, a “década da educação”, vivenciamos o aprofundamento das políticas neoliberais. O processo de ajuste estrutural, com o enxugamento dos recursos do Estado para a educação e para as políticas sociais, e a privatização criam novas formas de direcionamento dos recursos públicos: sua distribuição, centralização e focalização para as experiências que se adequem aos princípios das reformas sociais em curso. Configura-se o descompromisso do Estado para com o financiamento da educação para todos, em todos os níveis, revelando a subordinação do nosso país às exigências do Banco Mundial e à lógica do mercado. (FREITAS, 2003, p. 1097).

A década de 1990 se inicia com a "Declaração Mundial sobre Educação para Todos" e com a "Reunião de Ministros Nacionais da Educação" de diversos países. Em seu artigo 5º "ampliar os meios de comunicação e o raio de ação da educação básica", aponta que,

Todos os instrumentos disponíveis e os canais de informação, comunicação e ação social podem contribuir na transmissão de conhecimentos essenciais, bem como na informação e educação dos indivíduos quanto a questões sociais. Além dos instrumentos tradicionais, as bibliotecas, a televisão, o rádio e outros meios de comunicação de massa podem ser mobilizados em todo o seu potencial, a fim de satisfazer as necessidades de educação básica para todos. (UNESCO, 1990).

Percebemos que as tecnologias de comunicação e informação, sobretudo a internet, deveriam ser incorporadas aos processos educacionais dos países em desenvolvimento.

Pouco tempo depois, em 1994, o Banco Mundial publica o documento *La enseñanza superior " las lecciones derivadas de la experiencia*, no qual se colocava quatro "orientações principais" para a reforma do ensino superior mundial, sobretudo nos países periféricos:

Promover a maior diferenciação de instituições, incluindo o desenvolvimento de instituições privadas; Fornecer incentivos para as instituições públicas diversificarem fontes de financiamento, por exemplo, a participação de estudantes em despesas e a estreita ligação entre o Financiamento e resultados fiscais; Redefinir o papel do governo no ensino superior; Adotar políticas concebidas para dar prioridade aos objetivos de qualidade e equidade. (BANCO MUNDIAL, 1995, p. 4).

A ideia central de tais orientações era o incentivo à educação privada em detrimento ao setor público para atingir redução de custos. Vinte anos depois, já pudemos confirmar o alto crescimento do setor privado no país, sobretudo por meio de cursos a distância.

Em relação ao ensino a distância, o documento acrescenta que,

O Banco também apoia esforços para diferenciar os sistemas de ensino superior. **Pode conceder financiamento para programas de ciclo curto e de educação permanente, universidades abertas e instituições que conceder diplomas e certificados**, bem como criar e expandir o sistema privado da educação pós-secundária. **A maior parte do aumento futuro na inscrição no nível terciário**

será absorvida por essas instituições. Por esse motivo, os investimentos do Banco estão cada vez mais orientados para a melhoria da qualidade de ensino que elas oferecem. (BANCO MUNDIAL, 1995, p. 100 – grifos nossos).

Percebe-se a partir de então, um enfoque ao uso das tecnologias de comunicação e informação na educação e, sobretudo um movimento à privatização do ensino. No tocante à privatização, as ações do banco mundial estão pautadas no interesse de ampliar a política neoliberal numa agenda definida pelo Consenso de Washington em 1989.

Após o referido Consenso, assistimos, no país, uma mudança do enfoque da política educacional, sobretudo no aspecto de regulação (é o caso da LDB que traz propostas alinhadas com a política do Banco Mundial), avaliação externa (Provão, SAEB, SINAIS, PISA, etc.), redução do Estado (privatização de diversas empresas públicas e redução dos direitos sociais, sobretudo com o sucateamento das universidades federais ocorrido durante o Governo FHC), e incentivo ao setor privado, o que ocorreu também na área educacional.

Outro importante documento de 1995 "*Priorities and Strategies for Education - A World Bank Review*", sugere a redução dos recursos do estado para a educação e a sua privatização. Após todos esses anos, assistimos a esse processo de privatização da educação.

Para Comparato (2013, p. 69), as principais características do estado neoliberal são:

1. Redução acentuada dos poderes do Estado na regulação da vida econômica e também dos direitos sociais, a fim de assegurar, segundo se garantia, maior eficiência na atividade empresarial.
2. Privatizações em massa de empresas, mesmo nos setores de infraestrutura (energia, transportes e comunicações), bem como no setor de serviços públicos.
3. Generalizada abolição dos regulamentos administrativos em matéria econômica, mesmo nos setores em que tradicionalmente tais regulamentos sempre existiram, como crédito, câmbio, seguros, mercado de capitais, circulação internacional de capitais e comércio exterior.
4. Mudanças na política financeira estatal, com a eliminação dos déficits públicos, a redução da carga tributária (substituída em grande parte pela emissão de empréstimos públicos), e a supressão de subsídios estatais a certas atividades econômicas.

Mais recentemente, em 2010, o documento do Banco Mundial -Atingindo uma educação de nível mundial no Brasil: Próximos Passos-, parabeniza o país pelas "lições concluídas"³ e "reafirma metas" para a educação nacional.

Em 2011, o documento "Aprendizagem para Todos - Investir nos Conhecimentos e Competências das Pessoas para Promover o Desenvolvimento - Estratégia 2020 para a Educação do Grupo Banco Mundial" aponta para a criação de um sistema nacional de educação que inclua o setor privado, destacando prioridade para investimentos em projetos privados de educação, por meio da Sociedade Financeira Internacional (IFC).

No âmbito do Grupo Banco Mundial, o Banco Mundial e a IFC trabalharão em conjunto para aumentar o conhecimento sobre o papel do sector privado na educação e ajudar os países a criar ambientes de política e estruturas normativas

3. Implantação de sistemas de avaliação (SAEB, ENEM, etc...), Resultado nas avaliações internacionais (PISA), criação do FUNDEB, formação de professores, etc.

que alinhem os esforços do sector privado por meio de parcerias estratégicas nos níveis tanto internacional como dos países, a fim de melhorar os sistemas educacionais. (BANCO MUNDIAL, 2011, p. 9).

O grande incentivo do banco mundial para a privatização da educação contribuiu para o aumento das ofertas de cursos pelas IES privadas. Por outro lado, não se nota nenhuma ação por parte do Estado, que venha para efetivar a Universidade Aberta do Brasil como Política de Estado, e continua trabalhando com recursos limitados e muitas incertezas.⁴

A seguir, apresentaremos dados referentes ao crescimento da oferta de cursos a distância de formação de professores pela UAB, no Brasil, e as propostas de cursos existentes no sistema e-mec para o Estado de Minas Gerais.

4 | A PRIVATIZAÇÃO DA FORMAÇÃO DE PROFESSORES A DISTÂNCIA E A IMPOTÊNCIA DO SISTEMA UNIVERSIDADE ABERTA DO BRASIL

Nas duas últimas décadas, houve um grande avanço das matrículas em cursos superiores no país, bem como naqueles destinados à formação de professores. Os números do ensino privado e da Educação a Distância no Brasil impressionam. Conforme dados do INEP, de 1980 a 1998, houve uma evolução do ensino superior público de 63,49% e do privado de 49,28%. Contudo, nos últimos 20 anos, após a LDB 9394/1996, de 1998 a 2016, a evolução na rede pública foi de 147,3 %, enquanto que na rede privada foi de 348%, ou seja, a rede privada de ensino superior cresceu 2,43 vezes mais do que a rede pública. (INEP, 1998; INEP, 2016).

No caso da formação de professores, em 1998, eram 457.390 matrículas, saltando para 1.520.494 em 2016, ou seja, um aumento de 232%, sendo que 61,9% das matrículas dos cursos de licenciatura estão na rede privada. Outro dado que impressiona, segundo o Censo da Educação superior de 2016, é a evolução de matrículas de licenciatura a distância. De 2006 a 2016, houve redução de 45,9% nas matrículas do ensino presencial na rede privada e de 5,53% na rede pública, ao passo que na EaD, houve aumento de 398% na rede privada e 116,93% na rede pública (INEP, 2016). Em 2016, na rede privada, existiam 558.446 matrículas em cursos de formação de professores a distância, contra 382.934 em cursos presenciais, uma relação de 1,46 aluno em EaD para cada aluno presencial (INEP 2016).

Percebemos que houve uma migração dos cursos de formação de professores da modalidade presencial para a modalidade a distância, sobretudo na rede privada. Acreditamos que, com a nova regulamentação do art. 80 da LDB, por meio do Decreto 9.057 de 25 de maio de 2017, esses números ganharão ainda maior destaque.

O Decreto favorece os programas de educação a distância das Instituições

4. Um dos principais programas federais de formação de professores, a Universidade Aberta do Brasil (UAB) teve redução de 78% no número de novas vagas ofertadas neste e no próximo ano. Publicado em 2014, o edital original previa a abertura de 250 mil vagas em todo o País, mas, com o contingenciamento de verbas para o programa, as novas cadeiras só serão ofertadas a partir de agora e em número menor: apenas 55 mil. (Jornal O Estadão, 2016).

privadas, sobretudo em dois aspectos fundamentais: a terceirização de polos de apoio presencial e a inexigibilidade de avaliação presencial, o que tornaria os cursos ainda mais "baratos", por um lado, e muito mais lucrativos, por outro.

Para tentar analisar o fenômeno da "privatização da formação de professores no Brasil", nos propusemos a analisar no sistema e-mec, o quantitativo de cursos autorizados para a oferta de licenciatura no Estado de Minas Gerais. Para tanto, percorremos o seguinte caminho metodológico:

a) na página e-mec.gov.br, selecionamos a aba "consulta avançada" e o link para "curso de graduação". Em seguida, selecionamos o Estado "Minas Gerais" para efetuar a busca dos cursos; em seguida e o *link* "Licenciatura". Finalmente, selecionamos o município e clicamos em "pesquisar". Esse comando foi realizado individualmente para cada um dos mais de 700 municípios mineiros;

b) O resultado da busca, retornado pelo e-mec, foi colocado em uma planilha do *Microsoft excel*, distribuído nas seguintes categorias: Município; Código da IES; IES; Sigla; Organização Acadêmica; Cidade de origem da IES; Estado de origem da IES; Categoria Administrativa (pública, privada com fins lucrativos ou privada sem fins lucrativos); Nome do Curso; Grau; Modalidade (distância ou presencial) e; Situação (ativo ou em extinção);

c) Numa nova busca, foram rastreadas todas as instituições - na aba instituição - para identificar sua localização e sua organização acadêmica.

d) após o preenchimento da planilha, fizemos a compilação dos dados, segundo o nosso interesse de pesquisa e foram encontrados 5.825 cursos de licenciatura ativos, no estado.

Em relação à organização acadêmica, a maioria dos cursos é ofertada por universidades (3.944 cursos), seguidas pelos centros universitários (1.258 cursos), depois pelas faculdades (558 cursos) e por último pelos Institutos Federais de Educação Ciência e Tecnologia e Centro Federal de Educação, Ciência e Tecnologia (64 cursos).

Com relação à modalidade de ensino, a grande maioria (quase totalidade " 87,04 %) encontra-se na modalidade Educação a Distância, com 5.070 cursos e apenas 755 presenciais - 12,96 %). Isso demonstra o grande movimento de migração da formação de professores da modalidade presencial para a modalidade a distância.

No tocante à categoria administrativa, 4.889 cursos são de IES privadas (3.317 com fins lucrativos, representando 56,86% e 1.577 sem fins lucrativos " 27,07%), totalizando 83,93% dos cursos. As IES públicas representam 16,07% dos cursos, sendo 936 cursos, dos quais 521 de IES federais (8,94%); 257 cursos de estaduais (4,41%) e 158 de IES municipais (2,71%), cabendo aqui uma observação: há uma única IES pública municipal e a mesma se encontra no estado de São Paulo, com 158 cursos no sistema e-mec, no Estado de Minas Gerais. A Tabela 1 - Cursos identificados, no e-mec, para o Estado de Minas Gerais, apresenta sinteticamente esses dados.

CATEGORIA ADMINISTRATIVA	EAD		PRESENCIAL		TOTAL	
	Q.	%	Q.	%	Q.	%
Pública Municipal	158	2,71		0	158	2,71
Pública Federal	303	5,20	218	3,74	521	8,94
Pública Estadual	149	2,56	108	1,85	257	4,41
TOTAL CURSOS IES PÚBLICA	610	10,47	326	5,59	936	16,07
Privada com fins lucrativos	3.151	54,09	161	2,76	3312	56,86
Privada sem fins lucrativos	1.309	22,47	268	4,60	1577	27,07
TOTAL CURSOS IES PRIVADAS	4.460	76,57	429	7,36	4.889	83,93
TOTAL GERAL	5.070	87,04	755	12,96	5.825	100,00

Tabela 1- Cursos de Licenciatura em atividade no Estado de Minas Gerais

Fonte- e-mec.gov.br

Pela perquirição, ficou evidenciada a participação das IES privadas nos cursos de formação de professores, sobretudo a distância. Com o intuito de aprofundar a análise, trouxemos também os dados sobre a Universidade Aberta do Brasil no estado.

No Estado de Minas Gerais, a UAB oferta 261 cursos de licenciatura, distribuídos em 11 Instituições de Ensino Superior do estado (2 institutos federais, 1 universidade estadual e 8 universidades federais) e uma IES de outro estado com apenas 3 cursos ofertados. Percebeu-se uma redução drástica na oferta de cursos UAB, no estado, quando comparado com períodos anteriores, e função do pequeno repasse financeiro para as IES participantes, nos anos de 2014, 2015 e 2016.

Em 2018, a UAB ainda está selecionando e financiando ofertas do edital nº 75 do ano de 2014, o que mostra a sua fragilidade enquanto programa de governo. Nesse sentido, percebe-se que as ações em relação à EaD, nos últimos anos, favorecem o setor privado, em detrimento ao público.

Sob o fundamento de aumentar a autonomia da IES no gasto do recurso, transfere-se a responsabilidade do sucesso do curso à IES, somente. Ressaltamos que a descentralização faz parte de um conjunto de palavras modernas propostas pelo Banco Mundial para os países periféricos e, juntamente com elas vem o corte de gasto e a "desresponsabilização" do Estado.

La descentralización, la evaluación, la autonomía, comenzaron a ser considerados como fines en sí mismos y no instrumentos para resolver los verdaderos problemas que tenemos en la educación: los de la calidad, la desigualdad, la fragmentación. (TEDESCO, 2010, p. 21).

Em contrapartida, as últimas legislações, acerca da Educação a Distância no Brasil, o Decreto 9.057 de 26 de maio de 2017 e o Decreto 9.235 de 15 de dezembro de 2017, apontam para um favorecimento do setor privado.

Art. 19. A oferta de cursos superiores na modalidade a distância admitirá regime de parceria entre a instituição de ensino credenciada para educação a distância e outras pessoas jurídicas, preferencialmente em instalações da instituição de ensino, exclusivamente para fins de funcionamento de polo de educação a distância, na

forma a ser estabelecida em regulamento e respeitado o limite da capacidade de atendimento de estudantes.

Ou seja, haverá um movimento de terceirização dos polos de apoio presencial, ampliando a abrangência geográfica das IES. Outro ponto é a mudança em relação a atividades presenciais que, no decreto anterior (5.622/2005), eram obrigatórias e agora ocorrerão apenas se "previstas nos projetos pedagógicos ou de desenvolvimento da instituição de ensino e do curso". Essa flexibilização poderá resultar em cursos de qualidade inferior, uma vez que, pela experiência vista em EaD, a tutoria presencial e outras atividades contribuem para a melhoria da qualidade dos cursos.

Em relação ao Decreto 9.235/2017 que "Dispõe sobre o exercício das funções de regulação, supervisão e avaliação das instituições de educação superior e dos cursos superiores de graduação e de pós-graduação no sistema federal de ensino", não há limite numérico para oferta de cursos de licenciatura, o que poderá ocasionar um aumento de cursos de qualidade duvidosa.

O que temos, portanto, é uma regulamentação que flexibiliza os processos de credenciamento e oferta de cursos a distância. A possibilidade de uma IES ser criada apenas para oferta de curso a distância é, também, sem dúvida, uma grande oportunidade de negócios para as IES privadas.

Art. 11. As instituições de ensino superior privadas deverão solicitar credenciamento para a oferta de cursos superiores na modalidade a distância ao Ministério da Educação.

§ 2º É permitido o credenciamento de instituição de ensino superior exclusivamente para oferta de cursos de graduação e de pós-graduação lato sensu na modalidade a distância. (BRASIL, 2017a).

Por conseguinte, a flexibilização está posta para todos, no entanto, como os recursos e incentivos para a oferta de cursos públicos de formação de professores a distância, por parte do Governo Federal é ínfima, poderá haver uma ainda maior mercantilização dos cursos de formação de professores no país.

Nesse sentido, percebemos que, do ponto de vista de regionalização dos currículos, o Programa UAB apresenta uma vantagem em relação às IES privadas ofertantes no estado. A grande maioria dos cursos cadastrados no e-mec são de IES de outro estado. Dos 5.825 cursos, apenas 1.734 (29,77%), são de IES do próprio Estado de Minas Gerais.

A mercantilização do ensino fica mais evidente, ainda, quando observamos que quatro IES privadas possuem 2.389 cursos cadastrados. Dessas quatro IES, três possuem fins lucrativos. Devemos salientar que, mesmo que a IES privada não possua fins lucrativos, ela cobra mensalidade.

Assim, defendemos aqui uma Educação a Distância Pública como Política de Estado e não como programa de governo.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A educação a distância está presente no mundo há muito tempo, contudo, com o advento da internet, nos anos 1990, houve um crescimento considerável desta modalidade no país. O surgimento de uma sociedade do conhecimento e, sobretudo, o incentivo por parte de organismos multilaterais como Banco Mundial e FMI para ampliar o "acesso de educação para todos", são outros fatores que influenciaram o crescimento da EaD.

No entanto, este "apoio" vem travestido de exigências pautadas, sobretudo no Consenso de Washington, para que o governo implemente as políticas neoliberais, reduzindo sua participação em setores como a Educação, encorajando o setor privado e abrindo as portas para um rentável negócio: a educação a distância.

Nesse sentido, a formação de professores, antes ofertada presencialmente, migra, sobretudo, a partir dos anos 2000 para a modalidade a distância. O Programa Universidade Aberta do Brasil, nesse período, ofereceu importante contribuição para a redução do déficit de professores licenciados. Por outro lado, a adoção de prerrogativas neoliberais causou um incentivo ao setor privado para oferta de tais cursos. Vimos, então, no Estado de Minas Gerais, as propostas de 83,93 % dos cursos de formação de professores pelas IES privadas, e 87,04%, ofertados a distância, o que nos levou a concluir que existe um processo em andamento (poderia se dizer consolidado) de mercantilização e privatização da formação de professores no Brasil.

Por um lado, amplia-se a oportunidade do acesso aos cursos de formação ofertados, pela EaD, porém, o acesso aos conhecimentos ofertados pelos cursos de qualidade é barrado pelo restrito investimento à qualidade de ensino, sobretudo pela desincentivo ao setor público, à UAB. Fica evidenciado o pouco interesse da política neoliberal em formar professores bem capacitados e, assim, oferecer, a todos e a todas, uma educação neste país, realmente de maior qualidade.

A falta de política de formação de professores que incentive ensino público, gratuito e de qualidade é a principal causa desse cenário. Como estamos diante de um governo (im)posto para atender aos requisitos do mercado, acreditamos que tal quadro não se altere no curto prazo.

É necessário ampliar os investimentos no processo de institucionalização da Educação a Distância no país, com pessoal qualificado e concursado para tal, e abandonar o sistema precarizado de pagamento de bolsas. O Tutor, responsável pela mediação da aprendizagem na formação superior a distância na UAB, recebia em 2006, bolsa de R\$ 600,00 (1,71 salário mínimo, o que já era pouco). Atualmente, essa bolsa é de R\$ 765,00 (0,80 salário Mínimo), o que mostra que o investimento na EaD pública só tem diminuído. Somemos a isso o fato de os parâmetros de financiamento terem reduzido o número de tutores para atendimento, forçando as IES a escolherem entre o Tutor presencial ou a Distância. Como fazer EaD pública de qualidade dessa forma? Devemos destinar ao setor privado a missão de formar professores para a

educação básica? Nesse sentido, é isso o que estamos assistindo acontecer e procuramos denunciar neste artigo.

REFERÊNCIAS

- ANTUNES, R. **Os sentidos do trabalho**: ensaios sobre a afirmação e a negação do trabalho. 6. Ed. São Paulo: Boitempo, 2002.
- ANTUNES, R.; BRAGA, R (Orgs.). **Infoproletários**: degradação real do trabalho virtual. São Paulo: Boitempo Editorial, 2009.
- BANCO MUNDIAL . **La enseñanza superior** - las lecciones derivadas de la experiencia. Washington: Banco Mundial, 1995.
- BANCO MUNDIAL. **Aprendizagem para Todos** - Investir nos Conhecimentos e Competências das Pessoas para Promover o Desenvolvimento - Estratégia 2020 para a Educação do Grupo Banco Mundial. Washington: Banco Mundial, 2011.
- BANCO MUNDIAL. **Atingindo uma educação de nível mundial no Brasil**: Próximos Passos. Washington: Banco Mundial, 2010.
- BANCO MUNDIAL. **Priorities and Strategies for Education** - A World Bank Review. Washington: Banco Mundial, 1995.
- BATISTA, Paulo Nogueira. **O consenso de Washington**: a visão neoliberal dos problemas latino-americanos. In; SOBRINHO, Barbosa Lima e outros autores. Em Defesa do Interesse Nacional: Desinformação e Alienação do Patrimônio Público, São Paulo: Paz e Terra, 1994.
- BRASIL. **Decreto 2.494 de 10 de fevereiro de 1998**. Brasília; Câmara dos Deputados, 1998.
- BRASIL. **Decreto 5.622 de 19 de dezembro de 2005**. Brasília: Câmara dos Deputados, 2005.
- BRASIL. **Decreto 9.057 de 25 de maio de 2017**. Brasília; Câmara dos Deputados, 2017a.
- BRASIL. **Decreto 9.235 de 5 de dezembro de 2017**. Brasília: Câmara dos deputados, 2017b.
- BRASIL. **Decreto 5.800 de 08 de junho de 2006**. Brasil: Presidência da República, 2006.
- BRASIL. **Lei de Diretrizes e bases da educação nacional** □ Lei 9394/1996. Brasília: MEC, 1996.
- BRASIL. **Resolução CES/CNE nº 01 de 11 de março 2016**. Brasília: CNE, 2016.
- COMPARATO, Fábio Konder. **O capitalismo pós-industrial**. Revista estado-providência □ estudos do sé XX. N. 13. Portugal: Coimbra, 2013.
- e-MEC. **Sistema de Cadastro de Instituições e Cursos de Educação Superior**. Brasília: e-mec, 2018. Disponível em , <<http://emec.mec.gov.br/>> . Acessos entre maio e julho de 2018.
- ESTADÃO. **Sem dinheiro, programa federal de formação de professores reduz vagas**. São Paulo: Jornal O Estadão, 2016. Disponível em <<https://educacao.estadao.com.br/noticias/geral,sem-dinheiro-programa-federal-de-formacao-de-professores-reduz-vagas,10000081818>>. Acesso em 30/07/2018.
- FREITAS, Helena Costa Lopes de . **Certificação docente e formação do educador**: regulação e

desprofissionalização. Educ. Soc., Campinas, vol. 24, n. 85, p. 1095-1124, dezembro 2003 Disponível em <<http://www.cedes.unicamp.br>>

GATTI, Bernardete A. **Formação de professores no Brasil: características e problemas**. Campinas: Educação e Sociedade, Vol 131, n. 113 □ p.1355-1379, 2010.

GATTI, Bernardete Angelina; BARRETTO, Elba Siqueira de Sá; ANDRÉ, Marli Eliza Damalzo de Afonso. **Políticas docentes no Brasil: um estado da arte**. Brasília: UNESCO, 2011.

HADAD, Sérgio; GRACIANO, Mariângela. **Educação: direito universal ou mercado em expansão**. Revista São Paulo em perspectiva. Vol. 18, nº 03. Set./out./2004. São Paulo: SEADE, 2004.

INEP . **Notas estatísticas do censo escolar 2017**.Brasília: INEP, 2018.

INEP. **Evolução do ensino superior** □ graduação: 1980 □ 1998. Brasília: INEP, 2000.

MASSON, Gisele. **Políticas de formação de professores: as influências do neopragmatismo da agenda pós-moderna**. Tese (doutorado) - Universidade Federal de Santa Catarina, Centro de Ciências da Educação. Programa de Pós- Graduação em Educação. Florianópolis, 2009.

MILL, Daniel Ribeiro da Silva. **Educação a Distância: cenários, dilemas e perspectivas**. Revista Educação Pública. Cuiabá. v. 25, n. 59/2, p. 432-454, maio/ago. 2016.

MILL, Daniel Ribeiro da Silva; ABREU-E-LIMA, Denise; LIMA, Valéria Sperduti; TANCREDI, Regina Maria Simões Puccinelli. **O desafio de uma interação de qualidade na educação a distância: o tutor e sua importância nesse processo**. Cadernos da Pedagogia Ano 02 Volume 02 Número 04 agosto/dezembro 2008. São Carlos: UFCAR, 2008.

MUTZG, Jean Marc G. Mutzig. **Sistema UAB: IES, Cursos e Polos**. In: 8ª reunião ordinária do Fórum nacional de Coordenadores UAB. Brasília: Jul/2015.

REIS, Alcenir Soares dos. **Educação a distância no Brasil: uma leitura sob a ótica da razão jurídica**. Tese de doutorado □ Universidade Federal de Minas Gerais . Belo Horizonte: UFMG, 2002.

RUIZ, Antonio Ibañez; RAMOS, Mozart Neves; HINGEL, Murilo. **Escassez de professores no ensino médio: propostas estruturais e emergenciais**. Brasília: Ministério de Educação e Cultura, 2007.

SANTOS, M. **Por uma outra globalização: do pensamento único à consciência universal**. Rio de Janeiro: Record, 2000.

SILVA, Solonildo Almeida da. **Educação à distância e Universidade Aberta do Brasil: quando a mercantilização do ensino e a precarização da docência alcançam um novo ápice?** Tese de Doutorado □ Universidade Federal do Ceará, Faculdade de Educação, Programa de Pós-Graduação em Educação Brasileira. Fortaleza, 2011.

SISUAB. **Sistema de Gerenciamento da UAB/CAPES**. Disponível em: <<https://sisuab2.capes.gov.br/sisuab2/layout/home.xhtml>> Acesso em 19/07/2018.

TEDESCO, Juan Carlo. Presentación Los seminarios del IIPÉ-UNESCO Buenos Aires. In: **Políticas educativas y territorios: modelos de articulación entre niveles de gobierno**. OLIVEIRA, Dalila Andrade. [et.al.]. - 1a ed. - Buenos Aires : Inst. Internac. de Planeamiento de la educación IIPÉ-Unesco, 2010.

UAB. **Programa Universidade Aberta do Brasil** □ UAB. Disponível em < <http://www.uab.capes.gov.br/uab>>. Acesso em 18/07/2018.

UNESCO. **Declaração Mundial sobre Educação para Todos**: satisfação das necessidades básicas de aprendizagem. Jomtien: UNESCO, 1990.

VIANNEY, J.; TORRES, P.; SILVA, E. **A universidade virtual no Brasil**: os números do ensino superior a distância no país em 2002. Informe preparado para o Seminário Internacional sobre Universidades Virtuais na América Latina e Caribe Quito □Equador, 13 e 14 fev. 2003. Quito: UNESCO, 2003.

SOBRE O ORGANIZADOR

PEDRO FAUTH MANHÃES MIRANDA Professor de Direito, Sociologia e disciplinas afins, atualmente nas instituições Sociedade Educativa e Cultural Amélia (SECAL) e Instituto de Filosofia e Teologia Mater Ecclesiae (IFITEME). Advogado inscrito na OAB/PR, sob o nº 48.361. Doutorando em Direito, pela Pontifícia Universidade Católica do Paraná (PUC-PR) - CAPES 6. Mestre em Ciências Sociais Aplicadas, pela Universidade Estadual de Ponta Grossa (UEPG). Bacharel em Direito, pela Universidade Estadual de Londrina (UEL), e em Ciência Política, pelo Centro Universitário Internacional (UNINTER). Graduando em Licenciatura em Sociologia (2018-), pela Universidade Paulista (UNIP). Possui interesse na pesquisa dos seguintes temas: democracia, direitos humanos, estado democrático de direito, participação social e efetivação de políticas públicas, sempre por meio da interdisciplinaridade entre as Ciências Sociais e a Jurídica.

Agência Brasileira do ISBN
ISBN 978-85-7247-459-7



9

788572 474597